



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA,  
DISCREPANCIAIS ENTRE: O QUE DIZ A LEI E O QUE EFETIVAMENTE É  
REALIZADO NA PRÁTICA**

Valquíria Silva Mendes

*Universidade Estadual do Maranhão*

*Val.marx24@gmail.com*

**RESUMO**

O Surgimento de políticas voltadas para educação inclusiva em 1990, gerou posteriormente um imenso movimento de luta em que a integração de alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito educacional em escolas regulares de ensino, estes apoiavam-se na ideia da universalização da educação, ou seja, todos independentes de suas necessidades deveriam adentra no processo de ensino aprendizado de forma não excludente. Diante disso, esse estudo tem como objetivo central planejar sobre a educação inclusiva no Brasil discutindo dentro desse contexto os avanços sociais e pedagógicos que vem ampliando esse cenário. Mais especificadamente, pretendeu-se analisar a educação especial atualmente, apontando questões ligadas a inclusão social em escolas de pessoas com necessidades educacionais especiais.

**PALAVRAS CHAVE:**

Educação Especial, Políticas Educacionais, Alunos.



## **INTRODUÇÃO**

Através de pesquisas, leituras e análises de várias obras por diferentes autores, pretendeu-se neste trabalho produzir reflexões relevantes sobre o tema abordado. Nos últimos anos no Brasil percebe-se que muito tem se debatido sobre o sistema educacional inclusivo, sendo que é cada vez mais comum a manifestação das esferas política, cultural, social e pedagógicas dentro desse processo e este vem se dando em prol do direito de todos a uma educação de qualidade.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo traçar os avanços e retrocessos da implementação da educação inclusiva no cenário nacional.

Ao escrever sobre a temática Quixaba salienta,

Medidas foram adotadas no mundo todo para que as pessoas com ou sem deficiências possam usufruir de oportunidades de escolarização. Contudo, no sistema educacional brasileiro tem sido constatado frequentemente a carência na oferta de serviços e, em função disso, as oportunidades educacionais têm sido impossibilitadas. (QUIXABA, 2015, p, 39)

Diante da afirmativa destacada acima o que notasse que apesar da existência de políticas educacionais voltadas a educação inclusiva no cenário brasileiro ainda é bastante deficiente a efetivação satisfatória das mesmas no âmbito educacional. Para uma educação de qualidade para todos contende-se, entre outros fatores a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir conforme a Declaração de Salamanca.

Entretanto, a educação especial que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse alunado na rede escolar regular.

Todavia, para que a inclusão aconteça é preciso educar nosso país, modificar a história de preconceitos arraigados, tanto da sociedade quanto das próprias famílias e ou pessoas com NEE.

## **ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Quando analisamos a questão das políticas voltadas para a educação inclusiva no Brasil durante os séculos XVII e XVIII o que possível notar são diversas teorias e práticas sócias que representavam a profunda discriminação e exclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais da sociedade.





Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente na sociedade e muitas das vezes dentro do próprio seio da família.

Já no século XIX encontramos institucionalizado esse preconceito mais nitidamente, pois vemos essas pessoas sendo segregadas dentro de suas residências, onde suas famílias proporcionavam uma educação fora das escolas excluindo os deficientes da sociedade os distanciando.

É no século XX que veremos gradativamente alguns cidadãos que começam a valorizar o público deficiente e emerge tanto no cenário nacional como internacional uma verdadeira luta de movimentos sociais que começam a contestar as atitudes empregadas na educação desses indivíduos.

Diante dessas etapas históricas destacadas acima, o que podemos perceber é que esses indivíduos desde os tempos antigos foram estigmatizados e excluídos da sociedade, mas em contraponto as práticas até então operante encontramos no século XX o surgimento da chamada evolução científica, que deram luz a uma nova forma de compreensão desses indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Ao escrever sobre a temática a estudiosa Maria Nilza Oliveira Quixaba salienta que “A evolução científica, sob a luz da filosofia humanista, estudos foram se consolidando, surgindo então uma nova compreensão sobre as deficiências [...] Essas deficiências passaram, então a ser vistas sobre outros aspectos, entre eles, o biológico” (p, 20)

Enfim, para que possamos efetivamente ter uma educação inclusiva no âmbito educacional brasileiro e necessário primordialmente acaba com certos preconceitos arraigados na nossa própria sociedade sobre estes indivíduos, precisamos torna esta sociedade menos excludente para verdadeiramente incluí-los.

Portanto, a escola tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens ou adultos independentes de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando-os ao processo de ensino aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada as necessidades dessa alunado.

Segundo a Lei de Diretrizes e base da educação (LDB 9.394/96) é de dever tanto do Estado quanto da família promover a educação de todos os indivíduos, sem exceção e com igualdade de condições para todos em geral.

É no quinto capítulo da LDB que é destacado as normas que norteiam a educação especial, com regras bastante específicas no que tange a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais onde está previsto o respeito as particularidades de cada deficiência e indivíduo portador.

## **EDUCAR PARA INCLUIR: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

As leis e declarações internacionais que fundamentam a prática inclusiva da educação especial no Brasil foram elaboradas para embasar essa prática dentre as mais importantes destaca-se



a resultante da conferencia mundial de educação para todos em Jomtien, Tailândia (1990) e conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais: acesso e qualidade onde foi elaborada a Declaração de Salamanca ( 1994). Porém o que se analisar no cotidiano das escolas ainda é uma discrepância entre a teoria e a pratica.

A educação especial no Brasil tem sido apontada como um desafio para profissionais da educação segundo a professora doutora Patrícia Carla de Souza especialista em educação especial pela UFSCAR que analisar o atual panorama da educação especial no Brasil em seu artigo intitulado: A percepção de educadores sobre o processo de inclusão escolar em seu local de trabalho.

Para todos aqueles profissionais da educação que ainda acreditam em uma educação de qualidade para as crianças com necessidades educacionais especiais fazer uma educação de acordo com as leis e declarações internacionais citadas a cima tem sido uma tarefa complicada, não só por níveis arquitetônico , ou seja, a estrutura física das escolas como também os baixos investimentos do Estado brasileiro na educação as vezes nem tanto por isso mais a mal aplicabilidade do dinheiro público que desemboca na nossa tão já habitual corrupção e a privatização de centro para educação especial.

Encontramos as mazelas da educação especial no Brasil caracterizada por esses diversos assuntos não me limito a falar das condições sócias pedagógicas que já são conhecidas por boa parte da população, atendo-me a falar sobre a falta de acesso destes alunos a uma educação de qualidade e a própria instituição escola, pois segundo levantamentos feitos pela professora Yara Xangô Espínola que faz um levantamento sobre a educação especial no Brasil ela contrasta que poucos são os alunos que tem algum tipo de acesso à escola e quando tem não acabam não recebendo uma educação apropriada seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta de recursos financeiros.

O descaso do poder público em relação ao direito a educação para estar parcela da população brasileira é ainda irrisório diante da demanda. Temos uma tendência a privatizar as coisas e como não poderia deixar de ser levantamentos nos mostram que grande parte das matriculas estão centradas na rede privada e mais especificamente em instituições filantrópicas e a oferta de matricula e pequena se comparada a demanda existente que acaba por limitar o acesso destes com necessidades educacionais especiais ao ensino.

A realidade da educação especial no Brasil para crianças, jovens e adultos caracteriza-se por um sistema dual aonde de um lado existe um forte sistema caracterizado por um assistencialismo filantrópico com patrocínio difuso de várias instancias do poder público, do outro um sistema educacional fragilizado pela má administração do poder público sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar para pessoas com necessidades educacionais especiais.

O que é certo é que os princípios relacionados à educação especial ainda apresentam contradições que impedem o avanço da inclusão a própria dinâmica existente entre a tória e a prática sugerida como ideal e a realidade praticada e vivenciada refletem os difíceis caminhos percorridos pela mesma.





## **CONCLUSÃO**

Este estudo teve por objetivo discorrer sobre a questão da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas no Brasil, e se deteve a fazer uma profunda discussão sobre o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da educação voltada a educação especial e o efetivamente ocorre na prática em todo território nacional.

Acredito que trabalha essa é colabora com um debate profícuo que vem crescendo dentro da academia desde o início do século XX em que a educação inclusiva teve bastante enfoque.

No entanto, o Brasil ainda é um país que deixa a desejar no que tange uma efetiva instituição da inclusão principalmente nas escolas regulares, pois o processo de inclusão depende de investimentos nas instituições de ensino de forma que os mesmos estejam adaptados fisicamente para acolher todos os alunos.

Portanto, o que se constata é que apesar da iniciativa o país o seu sistema educacional tem andado deixado transparecer uma profunda carência no que diz respeito à educação especial.



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL, Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira: **humanizar para educar melhor**. São Paulo: Paulinas, 2015.